

PL da terceirização reduz salários e direitos dos trabalhadores

O Projeto de Lei 4330/2004, do deputado Sandro Mabel (PMDB- GO), representa um imenso ataque aos trabalhadores.

Além de não resolver nenhum dos problemas atuais dos mais de 10 milhões de terceirizados no Brasil, traz para os demais 45 milhões de trabalhadores formais o risco iminente de se tornarem prestadores de serviços eventuais, em condições precarizadas. Isso porque o principal motivo da terceirização é a redução dos custos com pessoal.

Libera terceirização para atividade-fim

As empresas poderão contratar prestadores para toda e qualquer atividade. Hoje, apesar de não haver legislação específica, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) proíbe a terceirização das atividades principais das empresas. A proposta de PL acabará com isso, desde que a empresa contratada seja classificada como "especializada".

Por exemplo, os bancos poderão funcionar sem qualquer bancário, com caixas e gerentes fornecidos por empresas terceirizadas como profissionais especializados nessas funções, ampliando o que já ocorre nas áreas de retaguarda, processamento de documentos e tesouraria. E, obviamente, pagando salários ínfimos, jornadas maiores e sem os direitos da categoria bancária. O problema para os bancos é que a Justiça do Trabalho vem condenando esse procedimento como ilícito, prática de intermediação ilegal de mão-de-obra, mandando pagar as diferenças salariais. E a nova lei resolveria isso para os bancos.

Estabelece a responsabilidade subsidiária. A ideia é pagar menos salários, menos direitos, sem riscos ou obrigações à empresa contratante

A PL 4330 enterra definitivamente a possibilidade do estabelecimento da responsabilidade direta e solidária entre a empresa que contrata os serviços e a prestadora. Assim, caso uma empresa terceirizada não cumpra com suas obrigações trabalhistas ou descumpra normas de saúde e segurança, a tomadora de serviços não precisará arcar de imediato com os prejuízos que o trabalhador possa vir a sofrer, como é comum, por exemplo, o não pagamento das verbas rescisórias.

Subcontratações infinitas, PJ e o fim dos concursos públicos

A proposta autoriza a terceirização infinita, ou seja, os bancos poderão terceirizar todos os seus serviços e a empresa contratada também poderá repassar a outrem, quarteirizando e assim sucessivamente. Admite a formação de empresas prestadoras de serviços sem funcionários – a PJ, que são as empresas de uma pessoa só. Estas não têm direitos trabalhistas, como férias, salários, licenças, uma vez que se trata da relação entre empresas. Essa pessoa não pode adoecer nunca, por exemplo.

Fim dos concursos públicos: o PL autoriza a terceirização também na esfera pública. Portanto, ao invés de convocação por edital

dos concursos públicos, a administração direta e indireta poderá recorrer a forma de contratação de prestadores de serviços.

Legaliza os correspondentes bancários

Enquanto existem 20 mil agências bancárias no país, mais de 2 mil municípios sem qualquer agência ou Pab, já são mais de 350 mil correspondentes atuando como se fossem banco.

A PL 4330, mesmo com o conceito de atividade especializada, a pedido dos banqueiros abre a exceção para "legalizar" as controversas resoluções do Banco Central, que criaram a figura dos correspondentes bancários e que vem sendo contestadas no Poder Judiciário.

Discriminação, acidentes e calote

De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalhador terceirizado sofre outros prejuízos:

- Maior rotatividade: Permanece 2,6 anos a menos no emprego do que o trabalhador contratado diretamente
- Recebe na média salários 27% a menos, sem benefícios. No caso dos bancos, essa diferença chega a 75% menos em relação aos lotéricos.
- A cada 10 acidentes de trabalho fatais, oito ocorrem entre trabalhadores terceirizados. Por falta de treinamento e investimentos em qualificação, a terceirização está matando os trabalhadores.

PROPOSTAS DOS SINDICATOS DA CUT

Para que o desenvolvimento do Brasil represente também a democratização das relações de trabalho e o fim da precarização, a CUT propõe:

Igualdade de direitos, condições de trabalho e salário

Os trabalhadores terceirizados e diretos devem ter as mesmas condições de trabalho e salário e os mesmos direitos previstos em Convenções e Acordos coletivos.

Direito à informação prévia

O sindicato e os trabalhadores devem ser consultados antes de possíveis terceirizações em uma empresa.

Proibição da terceirização na atividade-fim

Não se pode terceirizar postos de trabalho nas atividades que representam a natureza econômica das empresas (atividade-fim), evitando que existam empresas sem trabalhadores diretos.

Responsabilidade solidária entre as empresas contratante e contratada

A empresa contratante deve ser responsável por todas as obrigações trabalhistas, tanto quanto a empresa prestadora de serviços.

Penalização das empresas infratoras

A justiça deve punir duramente as empresas que retiram direitos.

CONGRESSO DO SINDICATO

Para acabar com o assédio moral, **é preciso mudar a estrutura organizacional**, defende especialista

Divulgado durante o Congresso do Sindicato dos Bancários de Brasília, no dia 22 de junho, o resultado da consulta feita pela entidade junto à categoria mostrou que, nas cláusulas relativas a saúde, condições de trabalho e segurança, a necessidade de se combater o assédio moral nos locais de trabalho foi apontada por 65% como prioridade para a Campanha Nacional 2013. Na sequência, com 57%, aparece o fim das metas abusivas.

Os números são preocupantes e sintomáticos. O assédio moral e a pressão pelo cumprimento de metas abusivas são dois velhos conhecidos da categoria bancária, uma das mais afetadas por essas práticas que, juntas, configuram o retrato mais visível de um modelo organizacional netasto que, no caso dos bancos, é todo programado para gerar lucros, não importa a que custo.

“A cobrança pelo cumprimento de metas constitui o ‘calcanhar de Aquiles’ do assédio moral”, apontou Roberto Heloani, doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro-fundador do site www.assediomoral.org.br, durante painel sobre o tema, ministrado dentro da programação do Congresso do Sindicato dos Bancários de Brasília, realizado na Legião da Boa Vontade (LBV).

Nesse contexto, ele criticou principalmente os métodos de avaliação em vigor dentro das instituições financeiras, principalmente a individual, que classificou de “altamente patologizante”, visto que, segundo o especialista, o trabalho é um sistema cooperativo, grupal. Soma-se a isso, acrescentou, o fato de os bancos terem instituído a remuneração variável, com premiações por bônus, estimulando uma “competitividade destruidora”. “O que prevalece é a lógica de que o meu bem-estar significa o seu mal-estar, para que eu continue na empresa. Cria-se assim um tipo de trabalhador com tendência à psicopatia”.

É de tal forma absurdo o modelo em curso nos bancos que os



bancários não têm medido esforços para bater suas metas. Prova disso, exemplificou Heloani, é o caso de uma agência onde as mulheres, pressionadas pelas metas individuais de abrir 40 contas para clientes com renda a partir de R\$ 3 mil num curto espaço de tempo, se utilizaram de métodos bastante duvidosos, chegando ao ponto de se insinuarem sexualmente para eles.

Há 15 anos trabalhando com o assunto, com vários livros publicados com os temas de assédio moral e sexual, Heloani fez assim um alerta aos bancários, neste momento em que se mobilizam para mais uma Campanha Nacional: “é ultrapassada a visão de que temos que reivindicar somente salário. A violência no trabalho é um tema que não pode ser tratado com descaso”.

Nesse sentido, o especialista atribui aos sindicatos um papel determinante na luta contra a desmoralização da prática do assédio moral, uma batalha que tem sido travada inclusive - e de forma preocupante - em alguns tribunais. “Para muitos juízes, essa prática não existe”, afirmou, acrescentando afirmação feita por um desembargador que é reveladora do entendimento que prevalece em parte do Judiciário brasileiro: “assédio moral é como batata frita, acompanha qualquer coisa, e acaba não sendo coisa alguma”.

Enquanto isso, do lado de fora dos tribunais, as vítimas continuam adoecendo e morrendo, em muitos casos por suicídio. Casos de ado-

ecimento e até mesmo de morte como consequência direta das práticas de assédio moral têm atingido níveis preocupantes, o que, para o especialista, encontra explicação no aperfeiçoamento das manifestações dessa violência, ou seja, dos métodos utilizados pelo agressor para atingir suas vítimas.

Por definição, o assédio moral é a exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, que se dá por períodos repetitivos e prolongados durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, tendo como resultado a desestabilização da relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o a desistir do emprego.

Segundo Heloani, a intenção do assediador se mostra pela frequência. Ele afirma que 68% dos episódios de humilhação ou constrangimento, por exemplo, ocorrem de duas a três vezes por semana. “Todas as estatísticas sérias mostram que o comportamento é repetitivo e seu objetivo é colocar o indivíduo para fora da empresa. E nos casos de bancos públicos, como há estabilidade, isso serve como instrumento de pressão. Daí o indivíduo adoece e é afastado”, explicou.

O especialista afirmou que a própria Previdência Social está preocupada com tanta gente adoecendo tendo por causa o trabalho, e o assédio moral tem muito a ver com isso. “Hoje, pessoas de 40 anos estão apresentando transtornos mentais”.

De acordo com o último relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) citado pelo psicanalista, esse tipo de problema psíquico constitui atualmente a segunda causa de afastamentos do trabalho, sendo a depressão a maior incidência, um dos problemas mais graves. Além disso, pesquisa da Unicamp constatou: aumentaram em 530% os casos de mulheres cardiopatas. “Depressão, transtorno e cardiopatia são doenças relacionadas ao trabalho”, assegurou.

Avanços e problemas

Apesar de serem muitos os problemas, houve avanços na luta contra o assédio moral. O especialista citou como exemplo o acordo assinado em 2011 entre os trabalhadores e os principais bancos. “Nesse aspecto, a questão política é fundamental. Se não, daí tudo pode virar um malefício. E isso depende da correlação de forças, da capacidade de pressionar”.

Ele, porém, se disse contrário ao projeto de lei que visa criminalizar o assédio moral. O problema, segundo o professor é que, se aprovado, o que será colocado na Justiça é a versão de um indivíduo contra o outro, o que representa um risco, isentando as empresas e suas formas de organização do trabalho.

Ética é imprescindível

Para mudar essa realidade vivenciada por muitos trabalhadores, o especialista defende mudanças estruturais na cultura organizacional. “É preciso mudar a organização de trabalho. Não é a questão de metas, mas o tipo de metas e o que acontece com as pessoas que não a cumprem”.

Nesse sentido, a observância da ética é condição *sine qua non* para essa transformação. “As empresas não podem prescindir da ética”, orientou, e citando um renomado pensador, arrematou: “a gente só é ético quando se coloca no lugar do outro e sente o que ele está sentindo”.

CONGRESSO DO SINDICATO

'Sindicatos têm papel fundamental na discussão das pautas coletivas', diz Fagnani durante encontro

Em painel sobre conjuntura, apresentado durante o Congresso do Sindicato dos Bancários de Brasília, no dia 22 de junho, o professor e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Eduardo Fagnani afirmou que os sindicatos têm papel fundamental na discussão das pautas coletivas da população, numa referência às inúmeras manifestações que ocorrem em todo o país, incluindo o Distrito Federal, nas últimas semanas.

Autor do livro Debates Contemporâneos - Economia Social e do Trabalho, juntamente com Marcio Pochmann, Fagnani disse que existe uma crise de apresentação das entidades tradicionais que não representam a juventude. Por isso, segundo ele, há um sentimento de indignação geral. "Apartidário, esse movimento é difuso. Não tem organização. As pessoas querem tudo. É preciso estar atento a esse momento de captura", observou.

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Eduardo Fagnani revelou que as pessoas querem cidadania plena. "A questão da mobilidade urbana e da saúde, por exemplo, não são resolvidas pelos prefeitos por falta de competência real. É preciso discutir essas questões dentro de uma agenda de desenvolvimento do país".

Na opinião do professor, é preciso mais Estado e governo e menos mercado. "Os governos estaduais privatizaram o transporte



público. À exceção do Rio de Janeiro, não conheço nenhuma cidade no mundo que privatizou o metrô".

Pacto federativo

Para resolver e equacionar todos esses problemas, é essencial um pacto federativo, com cooperação entre todos os níveis de governo. "Essas desonerações do transporte público que estão sendo feitas afetam as contas das cidades, dos estados e do país. É preciso estabelecer formas compartilhadas de resolver as demandas", frisou.

Na opinião de Eduardo Fagnani, há uma fragmentação generalizada que precisa ser abolida. "Há uma fragmentação do campo

político hoje. Quem trabalha com educação só pensa em educação. E assim com a habitação, o saneamento e outras áreas".

Citando pesquisa realizada entre os manifestantes de São Paulo, Eduardo disse que somente 51% apoiam a democracia em SP e outros 49% não sabem e/ou não apoiam. Ainda de acordo com o levantamento, a juventude quer mudanças profundas na política e na economia.

Apesar da insatisfação dos manifestantes, o professor reforçou que o Brasil saiu da terceira pior distribuição de renda do planeta para a 15ª posição. "Para reverter essa lógica perversa, precisamos criar mais empregos e fortalecer a indústria. Também precisamos discutir o nos-

so sistema tributário (PEC 233/08)", destacou ele, ao acrescentar que as reformas tributária e agrária também são essenciais para o país.

Segundo Eduardo Fagnani, muitas dessas agendas precisam avançar no parlamento. "Pode ser uma oportunidade para que a gente recoloca nossa agenda no centro dos debates", salientou.

Ainda sobre a recente onda de manifestações que já ocorrem em mais de 120 cidades, o professor afirmou que a direita quer capitalizar em cima desse movimento.

Ao final da apresentação de Eduardo Fagnani, bancários, cooperativários, financeiros, lotéricos e demais trabalhadores do ramo financeiro fizeram perguntas e discutiram o assunto com o especialista.



Mobilização pelas Diretas Já!



CONGRESSO DO SINDICATO

Com baixo crescimento global e estagnação da economia brasileira, **bancários devem enfrentar banqueiros com mobilização**

Em virtude das previsões nada animadoras para a macroeconomia – crescimento global sem perspectiva de recuperação no curto prazo, fraco desempenho da economia brasileira em 2012, mas com perspectiva de recuperação em 2013 diante das medidas de estímulo (redução dos juros, readequação cambial e desoneração tributária) e menor patamar histórico da taxa Selic –, os bancários devem se preparar para enfrentar os banqueiros na Campanha Nacional deste ano com forte mobilização e unidade.

Diante das dificuldades da economia brasileira e do resto do planeta, o presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, apresentou aos bancários, durante o Congresso do Sindicato realizado no último dia 22 de junho, uma análise do atual cenário econômico em que se encontra a Campanha Nacional dos Bancários 2013.

“Na Campanha Nacional deste ano, precisamos de unidade e muita mobilização para ampliar a renda do trabalhador e pela garantia do emprego, reverter o processo de demissões e rotatividade nos bancos privados e públicos pelo fim do assédio moral e de todo tipo de precarização das condições de trabalho”, afirmou Eduardo Araújo.

Conjuntura internacional

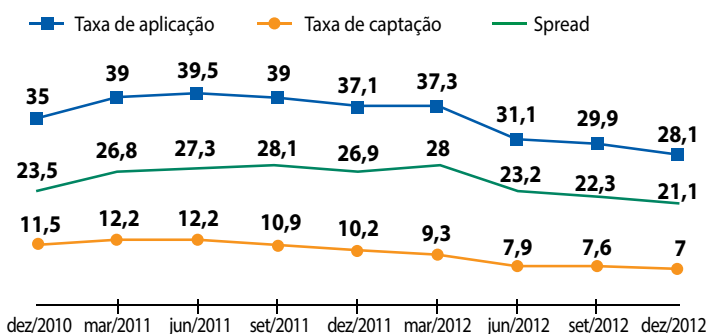
O cenário externo continua marcado por incertezas e com perspectivas de baixo crescimento global, considerando o desempenho das economias do G4 (Estados Unidos, Área do Euro, Reino Unido e Japão). A crise na Área do Euro, em particular, terá longo período de recuperação, pois combina estagnação econômica, ajuste fiscal e crescente nível de desemprego. Apesar de não se falar em risco de ruptura, o Produto Interno Bruto (PIB) da região diminuiu 2,4% no quarto trimestre de 2012, em termos anualizados, sendo o pior resultado desde 2009, com recuos expressivos na Itália (-3,7%), Alemanha (-2,4%) e França (-1,1%). Por outro lado, a restrição do cenário externo cria barreiras para a recuperação da economia brasileira via comércio exterior, mas também abre oportunidades e desafios para o fortalecimento do mercado interno via aumento do consumo e da renda.

Conjuntura nacional

Enquanto a Europa ainda enfrenta a ressaca da crise financeira internacional, o ano de 2012 foi marcado pela estagnação da eco-

Gráfico 3

Operações de crédito referenciais para taxas de juros Taxas de Juros e Spread Bancário Geral (% a.a)



Fonte: BACEN Elaboração: DIEESE - Subseção Bancários DF

nomia brasileira, com o crescimento de 0,9% do PIB em relação ao ano anterior, ante 2,7% em 2011, reflexo da trajetória de desaceleração ao longo dos trimestres desde 2011, enquanto que o PIB per capita manteve-se praticamente estável (0,1%) em termos reais em 2012. É o pior desempenho do PIB desde 2009, quando se constatou os efeitos da crise financeira internacional no ano de 2009 – Gráfico 1.

Sob a ótica da oferta, a Agropecuária (-2,3%) e a Indústria (-0,8%) apresentaram queda em 2012, enquanto que os Serviços registraram expansão de 1,7%. Na agricultura, pesou o fraco desempenho da pecuária e, principalmente, o fato de que várias culturas importantes da lavoura brasileira apresentaram queda de produção anual - a exemplo do trigo (-23,3%), feijão (-19,3%), fumo (-15,6%) - e perda de produtividade diante de problemas climáticos. Já a retração da indústria se relacionou com as dificuldades nas exportações, dado cenário externo adverso e o câmbio apreciado. Nos Serviços, os destaques positivos foram os Serviços de informação (2,9%), da Administração, Saúde e Educação Pública (2,8%) e Outros serviços (1,8%), enquanto o subsetor de Interme-

dição Financeira e Seguros a alta acumulada foi de 0,5%. Grande parte do desempenho dos Serviços se deveu ao crescimento da massa real de salários e do crédito ao consumo, que sustentou a alta das vendas no comércio varejista de bens em ritmo superior ao da produção industrial.

Sob a ótica da demanda, o Consumo das Famílias cresceu pelo 9º ano consecutivo (+3,1%), por conta da alta de 6,7% da massa salarial real dos trabalhadores, e pela alta, em termos nominais, de 14,0% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas.

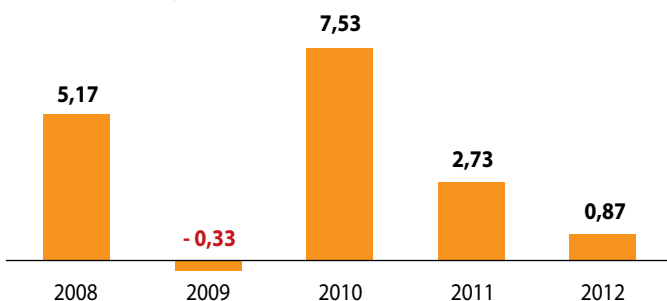
Conjuntura setorial

Segundo o Banco Central do Brasil, as operações de crédito do sistema financeiro nacional, incluindo recursos livres e direcionados, cresceu 16% em doze meses encerrado em dezembro de 2012. Os recursos livres evoluíram em 14%, com destaque para o crédito pessoa física (+11%), ante o crescimento de 21% dos recursos direcionados, especialmente o crédito rural (+24%) e habitacional (+38%).

Leia a matéria completa em www.bancariosdf.com.br.

Gráfico 1

Produto Interno Bruto (PIB) real - Brasil (2008-2012) Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

CONGRESSO DO SINDICATO

Em consulta, bancários apontam prioridades para a Campanha 2013

O Sindicato divulgou durante o Congresso da entidade, no dia 22 de junho, os resultados da consulta à categoria para a Campanha Nacional 2013. Dividido em cláusulas econômicas, condições de trabalho, saúde, segurança e emprego, no levantamento os trabalhadores deveriam indicar as prioridades em cada tema. O questionário foi respondido por 633 trabalhadores do ramo financeiro, que tiveram a opção de fazer marcações duplas por quesitos.

Em relação às cláusulas econômicas, especificamente sobre remuneração fixa direta, 84% dos bancários querem aumento real, e 41% reivindicam a implantação de um plano de carreiras, cargos e salários.

Já no levantamento relativo à remuneração fixa indireta, os itens mais votados pela categoria

foram cesta-alimentação maior, com 77%, e auxílio-creche babá de um salário mínimo, com 28%.

Sobre saúde, condições de trabalho e segurança, 64% dos que responderam à consulta elegeram o combate ao assédio moral como prioridade maior, seguido do fim das metas abusivas, com 57%.

No quesito emprego, o fundamental para 55% dos trabalhadores do ramo financeiro é a redução da jornada de 6 horas para sem redução do salário e 46% defendem igualdade de oportunidades na contratação, na remuneração e na ascensão profissional.

A consulta também quis saber de que forma o bancários estaria disposto a participar da Campanha, para forçar os bancos a atenderem as reivindicações. Sessenta e oito por cento disseram que vão participar das assembleias, e 60%, que participarão de uma greve, caso seja deflagrada.

Temas atuais

Os trabalhadores responderam ainda a enquete para saber se algum bancário foi afastado por motivo de saúde nos últimos 12 meses e se usou no mesmo período ou está usando medicação controlada, e também a questões sobre temas atuais, como a regulamentação do sistema financeiro e a redução dos juros.

Sessenta e um por cento consideram muito importante a regulamentação do sistema financeiro nacional. Sobre a redução dos juros, o índice dos que acham essa luta muito importante é de 52%.

Trinta e seis por cento já tiveram algum afastamento do trabalho por motivo de saúde nos últimos 12 meses. Além disso, 26% afirmaram que tomaram nos últimos 12 meses ou está tomando medicação controlada.

A consulta continha ainda questão sobre a regulamentação

da mídia, perguntando se Brasil deve debater um novo marco regulatório para as comunicações baseado no interesse público da democratização da mídia. Para expressivos 63%, sim.

Jornada de trabalho

Dos bancários que responderam à consulta, 63% têm jornada de 6 horas, e 89% dos comissionados defendem que a jornada legal para a sua função deveria ser de 6 horas. E 42% afirmaram que a parte ou tem interesse em participar de uma ação judicial para cobrar a 7ª e 8ª hora.

Os resultados tabulados da consulta de cada base sindical são encaminhados para as federações, que por sua vez enviarão os dados de suas bases para a Contraf-CUT para a sistematização em nível nacional. Eles serão apresentados na Conferência Nacional dos Bancários, marcada para os dias 19 a 21 de julho, em São Paulo.

Participe do abaixo-assinado pela democratização da comunicação

Para 63% dos bancários que responderam à consulta do Sindicato, o Brasil precisa debater um novo marco regulatório para a mídia. A democratização dos meios de comunicação é uma bandeira de luta histórica do Sindicato, que está na luta, ao lado da Fundação Nacional pela Democratização da Informação (FNDC), pela coleta de adesões para um abaixo-assinado cujo objetivo é embasar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, dentro da campanha "Quero Falar Também!". O objetivo é atingir 1,3 milhões de assinaturas, exigência da Câmara dos Deputados para esse tipo de projeto.



A proposta, fruto de intensos debates, defende a regulamentação dos artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal, bem como reitera a defesa da promoção

e garantia dos direitos de liberdade de expressão e opinião, direito à comunicação, diversidade, pluralidade de ideias e novas tecnologias. Em outras palavras, é necessário

derrubar o monopólio no setor e dar voz a todos os cidadãos.

Para mais informações, acesse www.paraexpressaraliberdade.org.br.

Eleja o delegado sindical de sua dependência

Você é
fundamental
nesta
corrente.
Participe!

Os trabalhadores sindicalizados do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BRB, da Pouplex e da Cooperforte interessados em participar das eleições para delegados sindicais já podem se candidatar. O prazo para inscrições foi aberto pelo Sindicato dia 26 de junho e vai até 12 de julho.

A votação será entre 13 de julho e 7 de agosto. Todos os trabalhadores votam, mas somente os associados ao Sindicato podem se candidatar. A posse dos eleitos está prevista para o dia 8 de agosto. O mandato é de um ano.

A escolha dos representantes de base é feita por local de trabalho. O processo eleitoral será conduzido por representantes do Sindicato nas unidades.

Quem pode ser eleito delegado sindical e quem pode votar?

Todos os funcionários da dependência podem votar, mas apenas podem ser eleitos os funcionários sindicalizados. As inscrições são feitas por meio de formulário de qualificação e a eleição (votação e escrutínio) realizada pelos empregados/diretores do Sindicato, em data e hora divulgadas em edital específico.

Qual a importância do delegado sindical?

O representante de base é imprescindível para a organização nos locais de trabalho, pois dinamiza

a atividade sindical, a resolução de conflitos, auxilia na construção das campanhas coletivas, dentre outras atividades relativas a empregados e empregadores.

Quais as atividades do delegado sindical?

- Representar os funcionários da dependência junto ao Sindicato;
- Encaminhar reivindicações específicas do local de trabalho;
- Acompanhar o cumprimento dos contratos coletivos, da legislação trabalhista e previdenciária;
- Promover o diálogo entre os funcionários para apresentar críticas e sugestões para melhoria das condições de trabalho, bem como conciliar conflitos individuais.

Quais os direitos do delegado sindical?

- Podem se ausentar para participação em atividades sindicais com a quantidade de dias definidas no acordo coletivo específico. A ausência nestas condições será considerada como falta abonada e dia de trabalho efetivo para todos os efeitos legais;
- O representante sindical de base não poderá ser removido do seu local de trabalho durante a vigência do mandato;
- A ação do representante sindical de base é livre, bem como o acesso a comunicação com os demais colegas de trabalho;
- Fica vedada a dispensa do empregado eleito delegado sindical, a partir do momento do registro de sua candidatura até 1 (um) ano após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave.



Em posse, nova diretoria do Sindicato reafirma compromisso com bancários

Prestigiada por centenas de bancários, financeiros, cooperativários e demais trabalhadores do Ramo Financeiro, além de parlamentares, dirigentes sindicais e representantes da sociedade civil, a posse da nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Brasília para o triênio 2013-2016, ocorrida no dia 29 de junho, no Parlamundi da Legião da Boa Vontade (LBV), foi marcada pelo compromisso assumido pelos dirigentes com a categoria e pela ampliação das conquistas.

A mesa também foi composta pelo ex-presidente do Sindicato e atual presidente da Central Única dos Trabalhadores de Brasília (CUT Brasília), Rodrigo Britto; pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Carlos Cordeiro; pelo presidente da CUT nacional, Vagner Freitas; e pelo presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), José Avelino.

Em sua fala, o novo presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, que é funcionário do Banco do Brasil, agradeceu a todos os presentes à solenidade e, antes de iniciar seu discurso de posse, convidou toda a diretoria empossada a prestar uma homenagem aos ex-diretores Marcio Antonio Teixeira e Waldir Fonseca Braga, que faleceram recentemente.

“Assumimos numa conjuntura difícil, tanto para os trabalhadores como para o movimento sindical, e precisamos fortalecer ainda mais nossas entidade sindicais, nossos partidos, tudo aquilo que pode nos ajudar no desenvolvimento político, econômico e social do nosso país, para que ele seja mais justo, igualitário e solidário, que é um dos princípios da nossa Central. E precisamos também consolidar nossa democracia. Não é porque temos 20 anos de democracia que podemos dizer que isso está consolidado”, afirmou Araújo.

Além disso, continuou, “é fundamental que nosso Sindicato seja engajado em todas as atividades da nossa sociedade, e temos que nos contrapor aos interesses das forças patronais e conservadoras



que buscam desvalorizar nosso trabalho. O modelo econômico que temos em nosso país, o neoliberal, favorece a concentração financeira, e daí a gente viu as privatizações das instituições públicas, fusões e incorporações, o que, aliado às tecnologias, fez com que nossa categoria fosse reduzida, mas isso não quer dizer tenhamos menos trabalhadores envolvidos no sistema. Existem mais de 1 milhão de pessoas com empregos precarizados, e nós do Sindicato, da Contraf e da CUT temos o dever de acolhê-los”, acrescentou o dirigente sindical.

Durante seu discurso, Araújo apontou: “precisamos também brigar para melhorar o sistema de trabalho, que é perverso. A reestruturação produtiva sempre faz com que o trabalhador trabalhe mais e produza mais, e a gente vê o adoecimento psíquico forte na categoria, ao lado das LER/Dort e do assédio moral. Isso não é problema de pessoas, mas do sistema produtivo”. E acrescentou que “é nosso dever unir todas as categorias, temos que nos enxergar enquanto classe trabalhadora. E enquanto entidade de classe, o Sindicato não está isolado na luta, tem ao seu lado uma centena de sindicatos de trabalhadores, para conquistar mais”.

“Mas nenhuma das nossas conquistas veio de graça. Fazemos greves, independente do governo, do patrão, vamos sempre seguir esse rumo de autonomia, uma das bandeiras da nossa chapa. E também trabalharemos em unidade

com todo o Brasil, pois a divisão dos trabalhadores só interessa aos patrões. Nada disso, porém, é relevante ou possível sem um sindicato ligado à base. Somos 44 diretores, mas sozinhos não damos conta de cuidar de mais de 25 mil trabalhadores. Nesse sentido, por exemplo, é preciso que os delegados sindicais cumpram o seu papel, que os trabalhadores venham para a luta”, completou.

Araújo finalizou citando Nelson Mandela: “nosso grande medo não é o de que sejamos incapazes. Nosso maior medo é que sejamos poderosos além da medida. É nossa luz, não nossa escuridão, que mais nos amedronta. Nos perguntamos: ‘Quem sou para ser brilhante, atraente, talentoso e incrível?’ Na verdade, quem é você para não ser tudo isso? Bancar o pequeno não ajuda o mundo. Não há nada de brilhante em encolher-se para que as outras pessoas não se sintam inseguras em torno de você. E à medida que deixamos nossa própria luz brilhar, inconscientemente damos às outras pessoas permissão para fazer o mesmo”.

Renovação e experiência

A nova diretoria mistura experiência com renovação. Do total, 40% participam pela primeira vez da entidade e praticamente metade são mulheres, que têm representação importante também na direção executiva. Há trabalhadores de todas as principais instituições financeiras, públicas e privadas.

Diretoria Executiva

Presidência

Eduardo Araújo de Souza (BB)

Secretaria Geral

Maria Aparecida Sousa - Cida (BRB)

Sec de Finanças

Wandeir Souza Severo (Caixa)

Sec de Administração

Rosane Maria Gonçalves Alaby (Santander)

Sec de Imprensa

Talita Régia da Silva (Cooperforte)

Sec de Assuntos Jurídicos

Wesley Mendes de Queiroz (BB)

Sec de Formação Sindical

Antonio Abdan Teixeira Silva (Caixa)

Sec de Política Sindical

José Garcia de Sousa Rocha (Bradesco)

Sec Social e Cultural

Sandro Silva Oliveira (Itaú)

Sec de Relações com a Comunidade

Saulo Rodrigues dos Santos (BB)

Sec de Comunicação e Divulgação

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira (BB)

Sec de Assuntos Parlamentares

Louraci Moraes dos Santos (Itaú)

Sec de Estudos Socioeconômicos

Cristiano Alencar Severo (BRB)

Sec de Saúde e Condições de Trabalho

Wadson Francisco dos S. Boaventura (BB)

Diretoria

Adilson Antonio de Sousa (Caixa)

Alfredo Nuncio da Silva Sol (BRB)

Daniel de Oliveira (BRB)

Fátima Suzana Marsaro (BB)

Helenilda Ribeiro Cândido (Caixa)

Jaqueline Perroud do Sacramento (BB)

Karina Gomes Sena (BB)

Kleyton Guimarães Moraes (BB)

Lilian Julia Pires (BRB)

Maria Mônica Holanda Oliveira (BB)

Mariana Marques G Ferreira - Dara (Caixa)

Marianna Coelho de A. Akutsu Lopes (BB)

Paulo Wilson de Araújo (Caixa)

Peterson Gomes de Miranda (BB)

Rafael Zanon Guerra de Araújo (BB)

Rafaella Gomes Freitas (Caixa)

Raimundo Dantas de Lima (HSBC)

Renato Shalders (Caixa)

Roberto Alves de Sousa (Itaú)

Ronaldo Lustosa da Rocha (BRB)

Sérgio Henrique Oliveira Silva (Caixa)

Teresa Cristina Mata Pujals (BB)

Vanessa Sobreira Pereira (Caixa)

Vicente de Paula M. Frazão - Piqui (HSBC)

Conselho Fiscal

Antonio Eustáquio Ribeiro (BRB)

Cinthia Damasceno Reis (BB)

Edmilson Wanderley Lacerda (Itaú)

Fabiana Uehara Proscholdt (Caixa)

José Herculano do Nasc. Neto - Bala (Caixa)

Larissa Cristina Ribeiro Lopes (BV)

Bancários entregam pauta específica ao Santander e cobram fim das demissões

A Contraf-CUT, sindicatos e federações entregaram dia 26 de junho a pauta específica de reivindicações dos funcionários ao novo superintendente de relações sindicais do Santander, Luiz Cláudio Xavier. A entrega ocorreu durante reunião ampliada da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do banco espanhol, na sede do Sindicato dos Bancários de São Paulo. As demandas foram discutidas na reunião do Comitê de Relações Trabalhistas (CRT), que ocorreu na quinta-feira 4, na capital paulista.

A minuta contém as demandas aprovadas no Encontro Nacional dos Funcionários do Santander, realizado pela Contraf-CUT nos dias 4 e 5 de junho, com a participação de mais de 130 dirigentes sindicais de todo país. "Constam propostas de emprego, condições de trabalho, remuneração, saúde e previdência complementar, além das pendências de reuniões anteriores do CRT", destaca Ademir Wiederkehr, funcionário do banco e secretário de imprensa da Contraf-CUT.

"Queremos sobretudo o fim das demissões, mais contratações e melhores condições de trabalho, bem como a retirada das ações judiciais movidas pelo banco contra a Contraf-CUT, sindicatos, federações e Afubesp", enfatiza Ademir.

Todos os pontos da pauta de reivindicações são importantes, mas a questão das demissões é primordial, pois o banco está descumprindo o que foi acordado no Ministério Público do Trabalho e continua demitindo. Praticamente todos os dias está havendo desligamento. Só em Brasília, foram mais de 60 demissões desde dezembro", denuncia Rosane Alaby, secretária de Administração do Sindicato dos Bancários de Brasília e funcionária do Santander. "Com menos funcionários, a sobrecarga de trabalho aumenta, causando o adoecimento de grande número de bancários, e mesmo assim muitos continuam a trabalhar. Além disso, também vem ocorrendo casos de assédio moral, expondo gerentes em reuniões e com divulgação de ranking".



Novo negociador

A entrega da pauta representou o primeiro contato com o novo negociador do Santander. Xavier é carioca de Volta Redonda, foi consultor de RH com foco em relações sindicais e estava atuando no setor elétrico (AES Sul e Eletropaulo). "Acredito no diálogo e na mesa de negociação", disse.

"Meu papel é encontrar soluções para as divergências. O movimento sindical é o legítimo representante do trabalhador", afirmou. "Quero dar respostas mais rápidas", prometeu.

Ele ouviu relatos dos dirigentes sindicais que apontaram um verdadeiro caos na rede de agências, com problemas como demissões, rotatividade, corte de empregos, falta de funcionários, sobrecarga de serviços, distorções salariais, metas abusivas, assédio moral, adoecimento, não emissão da CAT, recusa de atestados médicos e insegurança, dentre outros.

"Apesar de não apontar ações concretas, foi o início de um diálogo importante, sobretudo pela disposição que o novo superintendente teve de ouvir e tentar compreender as demandas, pois está insustentável a situação nas agências, com falta de funcionários, metas abusivas e até bancários trabalhando mesmo com atestado médico, o que comprova o modelo de gestão pelo medo", apontou Maria Rosani, coordenadora da COE do Santander e diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Muitos recados

"O primeiro recado é que o novo presidente do banco espanhol respeite a cultura brasileira. Estamos numa situação crítica e não queremos o modelo mexicano, mas um modelo que atenda os brasileiros. Queremos crescer com a empresa e sermos respeitados", disse Rita Berlofa, diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

"O primeiro passo deveria ser a retirada das ações judiciais contra as entidades sindicais", defendeu o diretor da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Paulo Garcez. "É difícil acreditar no processo negocial com uma faca nas costas", comparou Alberto Maranhão, diretor da Fetec São Paulo. "Retirar as ações seria o pontapé inicial para um novo ciclo", apontou Júlio Pessoa, diretor do Sindicato dos Bancários de Niterói.

"Há falta de funcionários e condições precárias de trabalho", ressaltou Tereza Souza, diretora da Fetraf Nordeste. "O quadro de funcionários está reduzidíssimo, com funcionários afastados por adoecimento", frisou Jairo França, presidente do Sindicato dos Bancários de Alagoas.

"A falta de funcionários é questão de calamidade pública. Temos demissões de bancários doentes e afastados que, quando voltam ao trabalho, são perseguidos", protestou Leonice de Souza, diretora do Sindicato dos Bancários do Mato Grosso. "As teleconferências estão deixando todos para baixo", alertou.

"Não é possível que ninguém do banco tome providências diante da realidade cruel que as pessoas enfrentam nos locais de trabalho", criticou Marcelo Sá, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo. "Tem agências que os funcionários não conseguem sair para almoçar", desabafou Pança, diretor do Sindicato dos Bancários do Vale do Ribeira (SP).

"As pessoas não estão motivadas, não estão felizes. A situação está ruim no banco", alertou Denilson Machado, diretor do Sindicato dos Bancários de Florianópolis. "O banco tem que valorizar o trabalhador. Está errado demitir", salientou Roberto Paulino, diretor da Fetec São Paulo. "Tem agência que está há quase seis meses sem gerente geral. Pode?", questionou João Carlos, diretor da Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Mudanças no alto escalão

O Santander Brasil anunciou na terça-feira (25) o retorno de José Paiva ao primeiro escalão do banco. O executivo foi o responsável por toda a área de varejo da instituição no país até março de 2011 e é próximo do novo presidente do banco, o espanhol Jesús Zabalza, com quem já trabalhou.

Paiva está no banco desde 1996 e atuava somente no Conselho de Administração. Agora o Santander criou uma segunda vice-presidência sênior, na qual ele responderá pelas áreas de recursos humanos, canais de atendimento, tecnologia, organização e custos, além de acumular a nova função com a de conselheiro.

"Esperamos que a volta de Paiva e o novo superintendente de relações sindicais tragam avanços nas negociações coletivas. O momento é de ouvir o clamor das ruas e fazer mudanças no Brasil. O Santander, que lucrou R\$ 1,5 bilhão no primeiro trimestre de 2013, tem uma excelente oportunidade para atender as demandas do movimento sindical e valorizar os funcionários e aposentados do banco", enfatizou Ademir.

SAÚDE BRB

Diretores do Sindicato tomam posse no Conselho Fiscal

Tomaram posse na quarta-feira 19 no Conselho Fiscal da Saúde BRB os dirigentes sindicais Cida Sousa, como titular, e Ronaldo Lustosa, como suplente, ambos funcionários do BRB.

Cida é atual secretária-geral do Sindicato, e Ronaldo é diretor.

Esta é uma importante conquista dos funcionários, que, pela primeira vez, terão representantes em um órgão diretivo do plano de saúde, embora os bancários sejam

responsáveis por mais de 50% dos aportes de recursos no plano.

Esta conquista se deveu pela insistente reivindicação do Sindicato e também pela postura do atual diretor superintendente da Saúde BRB Vanderley Barbosa, ex-diretor do Sindicato, que compreende a importância desta representação.

“Trabalharemos com o maior rigor na fiscalização da utilização dos recursos dos participantes. A



saúde é um bem preciosíssimo, e nosso plano de saúde constitui um dos maiores benefícios que temos. Tem de ser gerido com todo o rigor necessário”, diz Cida.

“Esta conquista não encerra a reivindicação do Sindicato quanto à participação nos órgãos diretivos da Saúde BRB. Reivindicamos ainda a participação no Conselho Consultivo, órgão máximo da gestão, que dita as diretrizes do plano”, finaliza Ronaldo.

Sindicato não aceita comportamento de assédio moral no BRB

Apesar de ter sido o primeiro banco a tratar do assunto em acordo coletivo, há comportamentos no BRB que podem configurar assédio moral. Nos últimos dias, além de denúncias contra uma assessora da presidência, o

Sindicato recebeu relatos de que um médico do trabalho teria tido comportamento semelhante.

“Desde a assinatura do acordo, em 2001, tem se fortalecido uma cultura de rejeição a essa prática, mas vez ou outra bancários de-

nunciam estar sendo vítimas desse tipo de violência no local de trabalho”, denuncia o diretor do Sindicato Antonio Eustáquio.

“O Sindicato cobra da direção do banco uma postura ativa no sentido de estancar esse tipo de

comportamento e acompanhar de perto essas situações. Além disso, caso esses episódios não cessem, a entidade recorrerá à comissão formada para apurar casos de assédio moral dentro do BRB”, antecipou.

HSBC

Em Dia Internacional de Luta, bancários cruzam os braços e exigem o fim das demissões

Contra as demissões em massa e por condições dignas de trabalho, mais respeito e valorização, os bancários e bancárias do HSBC de Brasília aderiram, dia 25 de junho, ao Dia Internacional de Luta na América Latina. Apoiado pelo Sindicato, o movimento paralisou as agências do Núcleo Bandeirante e do Lago Sul numa demonstração de unidade e força. Fechadas até as 12h, as unidades foram escolhidas para a realização das manifestações porque apresentam déficit de gestores.

“Estamos aqui para denunciar as práticas nefastas do HSBC, que demitiu exatos 1.002 bancários e bancárias em 2012 e pratica uma grande rotatividade de mão de obra em todo o país, incluindo Brasília”, afirmou o diretor do Sindicato Paulo Frazão, que também é bancário do HSBC.

Durante os protestos, o Sindicato distribuiu o jornal Análise e uma carta aos clientes denunciando as demissões e as práticas ilegais do



banco inglês, que é um dos que mais lucram no país.

“Nossa manifestação foi muito bem recebida pela população e pelos clientes, que estão cansados das altas tarifas, dos juros e do atendimento nas agências”, disse o diretor do Sindicato Raimundo Dantas, também bancário do HSBC. “O banco precisa contratar mais bancários e criar dois turnos de trabalho para melhorar o atendimento aos clien-

tes e usuários da instituição financeira”, acrescentou.

A mobilização desta terça foi definida durante a 9ª Reunião Conjunta das Redes Sindicais dos Bancos Internacionais, realizada entre os dias 6 e 8 de maio, em Assunção, promovida pela UNI Américas Finanças e Comitê de Finanças da Coordenação de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), com apoio da Federação dos Trabalhadores Bancários e Afins

do Paraguai (Fetraban).

Na ocasião, os integrantes da rede sindical do HSBC avaliaram a atuação do banco no Brasil, México, Argentina e Uruguai. Ficaram constatadas as péssimas condições de trabalho e os sindicatos não aceitam que os cortes de despesas e provisionamentos bilionários por conta das ilicitudes praticadas pela alta cúpula do banco, como lavagem de dinheiro e venda irregular de produtos, recaia sobre os trabalhadores, levando a exigência de cumprimento de metas cada vez mais abusivas e não garantindo emprego decente.

Negociações

Os dirigentes sindicais discutiram as reivindicações dos trabalhadores com os representantes do HSBC no último dia 2, e houve avanços. Leia mais no site do Sindicato. Nova rodada está marcada para o próximo dia 30.

PLANO DE FUNÇÕES

Sindicato entra com ação contra redução de remuneração no Banco do Brasil

O Sindicato dos Bancários de Brasília ingressou no dia 28 de junho com ação coletiva na Justiça do Trabalho contra a redução de remuneração nas funções gratificadas de 6 horas imposta pelo Banco do Brasil no âmbito do novo plano de funções.

Após a luta dos trabalhadores, o BB reconheceu a ilegalidade na jornada de trabalho, mas reduziu

em 16% a remuneração dos bancários desse grupo ao passá-los para funções de 6 horas. O Sindicato sempre lutou pela jornada de 6 horas sem redução de remuneração e, a partir da implantação unilateral do plano de funções, iniciou uma construção jurídica nacional para combater a diminuição de remuneração nas funções gratificadas.

A estratégia consistiu em

ingressar, primeiro, nos estados onde o judiciário tem entendimento favorável aos trabalhadores sobre o tema, construindo assim jurisprudência positiva, para então ingressar com ações onde existem mais dificuldade nesse assunto, reduzindo o risco de derrotas.

Além disso, o Sindicato colheu, ao longo desses seis meses, documentos, depoimentos e

outros elementos fundamentais para o êxito do pleito. E denunciou ao Ministério Público do Trabalho (MPT) demissões sem justa causa decorrentes de processos de 7ª e 8ª horas, mostrando a retaliação da empresa contra os trabalhadores. Essa denúncia se transformou em ação civil pública, impetrada pelo MPT e que tem o Sindicato de Brasília como assistente processual.

Demissões no BB: a luta continua



Na primeira audiência da ação civil pública sobre as demissões no Banco do Brasil, impetrada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), o juiz Denilson Bandeira recebeu a defesa do BB e dos seis diretores que também são alvos do processo. O juiz acatou o pedido do Sindicato de atuar no processo como assis-

te do MPT, e, em breve, terá oportunidade de se manifestar sobre a defesa do banco. Desde os primeiros descomissionamentos e demissões por 'ato de gestão' dos bancários com ações de 7ª e 8ª horas, o Sindicato vem atuando em todas as frentes para defender os trabalhadores.

Durante a audiência, o BB tentou retirar os seis diretores da condição de réus no processo, alegando que apenas o banco deveria ser responsabilizado, numa clara tentativa de tentar blindar seus gestores. O banco também reiterou o pedido de segredo de justiça do processo, solicitação que já havia sido indeferida pelo juiz.

Nova audiência foi agendada para o dia 2 de agosto (sexta-feira), às 9h. Na ocasião, o juiz ouvirá os diretores do BB e as testemu-

nhas. Por essa razão, a audiência será fechada, com acesso limitado a quatro pessoas.

São os seguintes os diretores alvo da ação número 846/2013, que tramita na 4ª Vara do Trabalho de Brasília: Luiz Guimarães de Freitas (Diretoria de Tecnologia); Raul Francisco Moreira (Diretoria de Cartões); Eduardo César Pasa (Unidade de Contadoria); Admilson Monteiro Garcia (Diretoria de Negócios Internacionais); Carlos Alberto Araújo Netto (Diretoria de Gestão de Pessoas); e Carlos Eduardo Leal Neri (Diretoria de Relações com Funcionários e Entidades Patrocinadas).

O que diz a ação

Na ação, o MPT sustenta, com base em várias provas, que o BB vem se valendo de prática imoti-

vada e reiterada de descomissionamentos e demissões, dentro de um processo de discriminação e de retaliação contra aqueles que recorreram à Justiça para garantir seus direitos. Para o MPT, está claro que o objetivo do BB foi o de reprimir o ajuizamento de ações judiciais.

A ação é resultado do inquérito civil público aberto pelo próprio MPT com base nas denúncias feitas pelo Sindicato dos Bancários de Brasília. O diretor Wescly Queiroz afirma que o Sindicato continuará atuando em todas as frentes para defender os trabalhadores e trabalhadoras. "Representante legítimo dos bancários, o Sindicato não medirá esforços para acabar com a política nefasta do banco de perseguir aqueles que buscam no Judiciário seus direitos trabalhistas", lembrou Wescly.

Apoiado pelo Sindicato, Rafael Matos é eleito ao Conselho de Administração do BB

O candidato Rafael Matos, apoiado pelo Sindicato, foi eleito, com 21.081 votos, representante dos funcionários ao Conselho de Administração (Caref) do Banco do Brasil no segundo turno da eleição direta realizada entre os dias 24 e 28 de junho. O segundo colocado, Ronaldo Zeni, recebeu 18.008 votos.

"Agradeço a todos que partici-

param do processo e vamos lutar juntos para pautar no conselho as questões que afetam os funcionários. Faremos esse processo de maneira participativa através dos sindicatos. Obrigado a cada apoiador, pois o mandato é da categoria e não é um projeto pessoal", diz Rafael Matos.

O Conselho de Administração

do BB é composto de sete membros: três indicados pelo governo federal, o presidente do banco, dois indicados pelos acionistas minoritários (que hoje são indicados pela Previ) e um eleito pelos funcionários.

A eleição é uma conquista das centrais sindicais, capitaneada pela CUT. É um avanço importante porque dará à representação dos

trabalhadores o direito de participar da instância máxima do Banco do Brasil.

Contudo, o formato e as limitações para atuação do conselheiro precisam ser revistos para que tenhamos um representante com poderes iguais aos demais conselheiros representantes dos acionistas. O Sindicato promete lutar por isso.

Luta do Sindicato resulta em mais contratações na Caixa

A luta do Sindicato por mais contratações para melhorar as condições de trabalho na Caixa Econômica Federal tem alcançado importantes avanços. Por conta da pressão dos trabalhadores, duas novas turmas foram empossadas em Brasília no primeiro semestre. Em março foram 38 novos empregados (foto); em junho, mais 29 bancários passaram a fazer parte do quadro da empresa, no Pólo de Tecnologia da Informação (TI).

Agora o Sindicato tem cobrado da direção da empresa que os novos empregados sejam direcionados para as unidades onde o déficit de pessoal é maior. "A prioridade é desafogar essas agências, que enfrentam os maiores problemas decorrentes da falta de empregados, melhorando assim sobremaneira as condições de trabalho e de atendi-



mento à população", explica Wandeir Severo, diretor do Sindicato.

Em reunião com os novos, o Sindicato desejou as boas-vindas, ocasião em que debateu com os trabalhadores temas de interesse da categoria, destacando a importância da mobilização de todos para avançar ainda mais nas con-

dições. "Vamos continuar pressionando o banco para que convoque mais trabalhadores e que seja mais célere o processo de nomeação", adiantou Wandeir. "As demandas crescem a cada dia, principalmente nas agências, e o número de contratados não acompanha na mesma proporção".

Denúncias de discriminação

Apesar das últimas contratações no Pólo de TI, o Sindicato tem recebido diversas denúncias de que convocados foram reprovados nos exames médicos por motivo de discriminação. O Sindicato está apurando as informações.

Sindicato, Sintraf-Ride e Fetec-CUT/CN apoiam a Chapa 1 na eleição para a Fundação Itaú Unibanco

Legítimos representantes dos trabalhadores, o Sindicato dos Bancários de Brasília, o Sindicato dos Trabalhadores da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (Sintraf-Ride) e a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) apoiam a Chapa 1 Convicção e Experiência na eleição para a Fundação Itaú Unibanco, que abriga os diversos planos de previdência complementar da instituição financeira. O pleito, que será realizado entre os dias 13 a 22 de julho, até as 18h, vai escolher os representantes aos conselhos Deliberativo e Fiscal e aos Comitês de Planos.

"Apoiamos a Chapa 1 Convicção e Experiência porque é a mais preparada para cuidar da nossa Fundação Itaú Unibanco. Além disso, alguns companheiros e companheiras que integram a Chapa 1 são os principais responsáveis pelas mudanças dos últimos oito anos que melhoraram



os benefícios dos participantes", afirma a secretária de Assuntos Parlamentares do Sindicato, Louraci Morais, que também é bancária do Itaú.

Como votar

Todos os participantes (ativos, autopatrocinados, optantes pelo BPD e assistidos) poderão votar de duas formas: pelo sistema eletrônico no site da entidade (www.fundacaointauunibanco.com.br) ou por telefone, com senha que

será enviada por correio aos participantes.

Além da Chapa 1 Convicção e Experiência, o Sindicato dos Bancários de Brasília, o Sintraf-Ride e a Fetec-CUT/CN também apoiam candidatos avulsos aos Comitês de Gestão de todos os planos da Fundação Itaú Unibanco. Confira abaixo a relação dos candidatos:

Conselho Deliberativo

Efetivos

Érica Monteiro de Godoy
André Luís Rodrigues

Suplentes

Carlos Maurício de Oliveira
Cesar Gomes Caldana

Conselho Fiscal

Efetivos

Mauri Sérgio Martins de Souza
Ted Silvino Ferreira

Suplentes

José Ribamar Don Pacheco
Onísio Paulo Machado

Comitês de Gestão dos Planos

Franprev

Adriano Campos Rodrigues

Plano Itaúbanco CD

Darci Torres Medina (Lobão)

PAC

Marcelo Abraão

Futuro Inteligente e Itaúbank

José do Egito Sombra

Prebeg

José Geraldo Martins

Benefícios 002

Antônio Guimarães de Oliveira (Magaiver)

'Se a esquerda não dialogar, a direita vai apagá-la do mapa', aponta Alysson Mascaro durante o Brasília Debate

Diante de uma plateia atenta e composta por trabalhadores, dirigentes sindicais, estudantes, universitários, professores, profissionais do direito e integrantes da sociedade civil, o jurista e professor da Universidade de São Paulo (USP) e do Mackenzie Alysson Leandro Mascaro afirmou, na terça-feira 2, durante edição do Brasília Debate, que "se a esquerda não dialogar, a direita vai apagá-la do mapa", ao citar a falta de unidade do segmento para se contrapor ao poder econômico da elite, com amplo domínio dos meios de comunicação do país. Com o tema 'A relação entre Estado e Forma Política', o debate, que contou com ampla participação dos presentes, proporcionou discussões acaloradas.

Na opinião do jurista, as esquerdas do Brasil precisam formar uma grande frente. "É preciso tomar lado. Nos últimos 10 anos, a esquerda não dialogou com a população", disse ele. "O agrado geral não será mais suficiente. Acabou esse tempo", acrescentou Mascaro, que é autor do livro 'Estado e Forma Política', lançado pela Boitempo Editorial, numa clara referência às atuais políticas de Estado do governo.

Esta edição do Brasília Debate inaugurou uma nova fase do projeto, que agora passa a ser coordenado pela Central Única dos Trabalhadores de Brasília (CUT Brasília). O Sindicato dos Bancários de Brasília e o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) organizarão o debate com o apoio da Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da CUT Apolônio de Carvalho (ECO/CUT).

Durante o debate, o jurista analisou, entre outras questões, como, no neoliberalismo vigente no mundo, as políticas exploratórias do ca-



pital reconfiguram os Estados em favor da concentração econômica.

Nesse sentido, Mascaro destacou que até a água, que deveria ser um bem comum, foi privatizada. "Somente quando ocorre uma situação de emergência, como a seca no Nordeste e outras catástrofes, os governos enviam carros-pipa".

Inovação

O jurista ainda falou sobre como a teoria do Estado se revela diante dos conflitos recentes, gerados pelos impasses da economia política global. "Em momentos de crise, toda sociedade se volta para o Estado para que a salve de suas próprias contradições". Mascaro acredita que somente futuras dinâmicas que sejam necessariamente socialistas podem ensejar arranjos sociais inovadores, não fundados na concorrência e nos antagonismos de classes, grupos e indivíduos. "O capitalismo é crise", destacou.

Mascaro encerrou sua apresentação afirmando que "a desesperança gera esperança". "Ou reagimos diante da atual conjuntura do capitalismo, ou voltaremos aos tempos do neoliberalismo da década de 1990".

Disseminação do debate

Conduzido pelo presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, o Brasília Debate ainda contou com a participação do secretário de Administração e Finanças da CUT, Julimar Roberto de Oliveira Nonato, e do diretor de Cultura do Sinpro, Rodrigo Rodrigues.

Na avaliação de Eduardo Araújo, o Brasília Debate foi excelente. "Hoje fizemos um debate excelente sobre a situação que o capitalismo coloca na nossa sociedade e a gente espera que com esse processo de informação que o Brasília Debate traz a gente consiga, além dos delegados sindicais e dos diretores dos sindicatos parceiros, irradiar essa perspectiva para todos os trabalhadores".

Ao confirmar novas edições do Brasília Debate, Araújo adiantou que continuará ampliando os debates com os estudantes universitários. "Nós queremos discutir com a academia, especialmente com a esquerda, para que possamos trazer luz sobre essa escuridão que o capitalismo traz sobre a sociedade".

Em suas considerações, Julimar Nonato disse que a CUT apoia o Brasília Debate porque é impor-

tante os trabalhadores conheceram mais sobre os meandros do capitalismo e suas facetas para enfraquecer os trabalhadores. "Por conta desse capitalismo, os comerciários, categoria da qual faço parte, foram obrigados a trabalhar aos domingos, quando, na década de 1990, o então presidente Fernando Henrique Cardoso regulamentou essa jornada extra".

Manifestações

Já para Rodrigo Rodrigues, as inúmeras manifestações que se alastraram pelo país nas últimas semanas não têm uma pauta política definida. "Eles se unem para reivindicar assuntos que não dominam, como a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 37, que regulamentava as investigações criminais do Ministério Público. Muitos nem sabiam o que é uma PEC".

Ao final, Mascaro participou de uma sessão de autógrafos do seu livro 'Estado e Forma Política' no foyer do Teatro dos Bancários.

A obra faz uma síntese de toda a reflexão que foi desenvolvida no mundo a respeito do Estado e da política. "O que acontece é que a reflexão crítica foi abandonada nos últimos anos e em seu lugar restaram apenas teorias conservadoras institucionalistas e liberais", explica Alysson. Como exemplo, o autor cita o marxismo. "É a maior teoria crítica sobre a política; foi abandonada e, em seu lugar, as teorias políticas neoliberais louvaram a ordem estatal e a segurança do capital".

A publicação apresenta um deslocamento da teoria política, fazendo-a girar não em torno de suas instituições, definições jurídicas ou análises sobre as disputas em torno do poder estatal, mas sim a partir das formas sociais do capitalismo.